



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ – UFPI
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
MESTRADO EM LETRAS/ ESTUDOS DE LINGUAGEM

ANA MARIA ALVES DE BRITO

ATIVIDADES MULTILETRADAS E LETRAMENTO ESCOLAR:
UMA INVESTIGAÇÃO NO ENSINO MÉDIO

TERESINA

2016

ANA MARIA ALVES DE BRITO

**ATIVIDADES MULTILETRADAS E LETRAMENTO ESCOLAR:
UMA INVESTIGAÇÃO NO ENSINO MÉDIO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal do Piauí - UFPI, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Letras, na área de concentração Estudos de Linguagem, sob a orientação da Profa. Dra. Catarina de Sena Sirqueira Mendes da Costa.

TERESINA

2016

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Serviço de Processamento Técnico

B862r

Brito, Ana Maria Alves de.

Atividades multiletradas e letramento escolar: uma investigação
no Ensino Médio / Ana Maria Alves de Brito. – 2016.

109 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Federal do
Piauí, 2016.

Orientação: Profa. Dra. Catarina de Sena Sirqueira Mendes
da Costa.

1. Ensino Médio - Letramento.
2. Atividades Multiletradas.
3. Leitura e Escrita.
4. Etnografia. I. Título.

CDD 372.4

ANA MARIA ALVES DE BRITO

**ATIVIDADES MULTILETRADAS E LETRAMENTO ESCOLAR:
UMA INVESTIGAÇÃO NO ENSINO MÉDIO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade Federal do Piauí - UFPI, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Letras. Área de concentração: Estudos de Linguagem.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Catarina de Sena Sirqueira Mendes da Costa
Orientadora e Presidente - Universidade Federal do Piauí-UFPI

Prof. Dr. Pedro Rodrigues Magalhães Neto
1º Examinador - Universidade Estadual do Piauí - UESPI

Profa. Dra. Iveuta de Abreu Lopes
2ª Examinadora - Universidade Estadual do Piauí - UFPI

A Deus, pelo dom da vida...e assim... eu prefiro aceitar sua lógica e os projetos que traçou exclusivamente para mim, na plena certeza de que verdadeiramente são os melhores! A minhas filhas, Viviane e Georgiane, meu maior projeto de vida, pela alegria de tê-las comigo!

AGRADECIMENTOS

A minha enorme gratidão à Profa. Catarina de Sena, pela bondade, simplicidade não só para comigo, mas, com todos e, em especial, seus orientandos.

Agradeço de modo especial ao Prof. Dr. Pedro Neto que pacientemente me indicou o caminho quando eu não sabia por qual trilhar. “Valeu aqueles puxões de orelha” (risos).

A profa. Iveuta Lopes, quando se pôs à disposição quando pedi ajuda.

Aos professores do mestrado que deixaram uma contribuição valorosa tanto em conteúdos quanto em postura, especialmente aqueles com quem tiver a honra de receber seus ensinamentos: Catarina de Sena, Iveuta Lopes, Silvana Calixto, Franklin Oliveira, Ronald Taveira, Auxiliadora Lima e Beatriz Gama.

Aos colegas de turma pela convivência durante os estudos.

RESUMO

O domínio da leitura e da escrita é condição necessária para o empoderamento de atividades letradas, como forma de garantir a participação dos indivíduos na sociedade. Nessa perspectiva, este trabalho tem como objetivos descrever, analisar e caracterizar, as contribuições das atividades multiletradas para o desenvolvimento da leitura e da escrita de uma amostra de dez alunos da 2ª Série do Ensino Médio. A pesquisa, cujos dados subsidiaram este trabalho, foi realizada em uma escola da Rede Pública Estadual, localizada na zona Sul de Teresina-PI. Para os fundamentos teóricos deste estudo, buscamos apoio em Street (1984; 2014), Soares (2012), Tfouni (2010), Mortatti (2004), Kleiman (1995; 2005) entre outros que argumentam que o letramento é sempre uma prática social seja no contexto escolar ou fora dele e, em Rojo (2009; 2012; 2013; 2015) com a perspectiva também dos multiletramentos. Este estudo se justifica pela importância do novo tratamento dado às atividades de leitura e de escrita a partir de novas tecnologias multiletradas, contribuindo para novas práticas de letramento na sala de aula. Optamos, aqui, por uma pesquisa de natureza qualitativa descritiva e analítica com abordagem etnográfica buscando subsídios em Erickson (1988), Hymes (1974), Braga (1988) entre outros. Desse modo, no que se refere aos procedimentos adotados, seguimos o percurso do método etnográfico, que estabelece como parâmetros para a coleta dos dados, aspectos que devem partir da observação direta do pesquisador com os sujeitos pesquisados e análise concomitante. Os procedimentos se deram através de gravações de áudios e de imagens, aplicação de questionário, registros de conversas em diários de campo que se constituíram como importantes instrumentos para a coleta dos dados. Os resultados das análises nos mostraram que o contexto das atividades multiletradas, embora timidamente exploradas na sala de aula, já apontam contribuições para o desenvolvimento da leitura e da escrita dos alunos, bem como para a compreensão de novas formas e espaços de aprendizagem em que a leitura e a escrita se apresentam aparentemente marginalizadas.

Palavras-chave: Letramento. Atividades Multiletradas. Leitura e Escrita. Etnografia. Ensino Médio.

ABSTRACT

The reading and writing domain is a necessary condition for the empowerment of literate activities, as manner to ensure the participation of individuals in society. From this perspective, this study aims to describe, analyze and characterize, in the context of multiliterate activities, the contributions to the development of reading and writing a sample of ten students in second grade of High School. The research was realized in a State Public school, located in the south of Teresina -PI. To the theoretical foundations, we seek support in Street (1984; 2014), Soares (2012), Tfouni (2010), Mortatti (2004), Kleiman (1995; 2005) and others who argue that literacy is always a social practice in school context or out of it, and Rojo (2009; 2012; 2013; 2015) with the prospect of multiliteracies. This study was justified by the importance of the new treatment given to reading and writing activities from new multiliterate technologies, contributing to new practices of literacy in the classroom. We chose here for a descriptive qualitative and analytical research with ethnographic approach seeking subsidies in Erickson (1988), Hymes (1974), Braga (1988) among others. Thus, with reference to the adopted procedures, we follow the route of the ethnographic method, which sets the parameters for data collection, aspects that must from the direct observation of the researcher with the subject researched and concomitant analysis. The procedures are given by audio recordings or image, a questionnaire, conversation records in field diaries that constituted themselves as important tools for data collection. The analysis results showed us that the context of the multiliterate activities, although shyly explored in the classroom, already point contributions to the development of reading and writing of students as well as for understanding of new forms and spaces of learning where reading and writing is apparently present marginalized.

Key-Words: Literacy. Multiliterate Activities. Reading and Writing. Ethnography. High School.

LISTA ILUSTRAÇÕES

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Mapa dos multiletramentos	43
Quadro 2 - Perfil dos sujeitos da amostra	72

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Alunos produzindo texto	78
Figura 2 - Professora realizando atividade colaborativa	81
Figura 3 - Alunos em uma atividade multiletrada	85
Figura 4 - Meme extraído do whatsapp	89
Figura 5 - Meme extraído do whatsapp	93

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
2 LEITURA, ESCRITA E SOCIEDADE	14
2.1 Escrita e sociedade: um contínuo	14
2.2 Concepções e perspectivas dos estudos do letramento.....	19
2.3 A escrita na realização de práticas de letramento.....	26
2.4 Letramento e práticas escolares.....	29
3 PRÁTICAS MULTILETRADAS E INTERAÇÃO SOCIAL	37
3.1 Interação e tecnologias: uma nova organização das práticas sociais	37
3.2 A constituição dos estudos dos multiletramentos.....	42
3.3 Multiletramentos, letramentos e a mediação pelas TDICs	48
4 CARACTERÍSTICAS METODOLÓGICAS DA PESQUISA ETNOGRÁFICA	52
4.1 A pesquisa etnográfica	53
4.2 O universo da pesquisa	57
4.3 Constituição da amostra	59
4.4 Dinâmica de interação dos sujeitos	62
4.5 A coleta de dados.....	65
5 ANÁLISES DOS EVENTOS NO CONTEXTO DAS ATIVIDADES MULTILETRADAS	69
5.1 Condições de letramento dos sujeitos da amostra.....	71
5.2 Eventos de multiletramentos.....	74
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS	100
ANEXOS	104

INTRODUÇÃO

Nas sociedades modernas, a leitura e a escrita se apresentam como atividades básicas e de fundamental importância para a realização de práticas letradas dos indivíduos. Deste modo, são consideradas como credenciais àqueles que a dominam e garantias de inserção e participação social.

Como bem cultural e como saberes constitutivos da sociedade, a leitura e a escrita são recursos capazes de modificar o pensamento e as ações do homem. Nesse sentido, são artefatos culturais que permitem condições necessárias para novas posturas dos indivíduos socialmente. Ao adquirir o domínio da leitura e da escrita, saberes constitutivos de suas práticas, o homem participa dos eventos sociais do mundo e transforma sua condição de ser humano em todos os sentidos.

Assim, acreditamos que, por meio desses saberes o homem legitima sua identidade e marca sua presença na cultura na qual está inserido. Leitura e escrita são bens que transformam se constituindo com imensos poderes de conquista social e de interação nas relações que o homem constrói com os outros indivíduos, com sua comunidade e com seu “eu”, à medida que, através de suas leituras muda ou amplia seus conceitos. Esse novo olhar sobre as coisas do mundo, pelo viés cognitivo da leitura e da escrita, permite ao homem tomar decisões frente ao que lhe é posto, dando-lhe capacidades de escolhas enquanto ser atuante em sociedade. Por meio de eventos e práticas sociais de leitura e de escrita, o homem desenvolve atividades para se comunicar com proficiência, assumir papéis sociais, formular ideias e estabelecer caráter próprio e individual para suas ações na sociedade.

Nesta perspectiva, apresentamos como objeto de estudo desta pesquisa, as atividades de leitura e escrita realizadas na sala de aula envolvendo o contexto dos multiletramentos. Em uma categoria plural do termo letramento, os multiletramentos buscam recobrir as diversas práticas de leitura e escrita e os propósitos comunicativos frente às tecnologias criadas para a comunicação social dos indivíduos. Neste intuito, esta pesquisa teve por objetivo geral analisar as contribuições das atividades multiletradas para o desenvolvimento da leitura e da escrita de uma amostra de dez alunos da 2ª Série do Ensino Médio.

Para as observações, escolhemos o ambiente da sala de aula, o qual nos propôs a contemplação de diversas atividades envolvendo os letramentos processados pela leitura e a

escrita, representados concretamente pelos usos que os alunos fazem dela em sociedade. Como objetivos específicos, destacamos para este estudo:

- identificar as atividades multiletradas na sala de aula com foco no letramento em leitura e pela escrita dos alunos;
- descrever os eventos de leitura e escrita dos alunos no contexto das atividades multiletradas;
- caracterizar as ações de leitura e escrita dos alunos a partir das atividades multiletradas durante seu processo de interação em sala de aula.

Durante a pesquisa, procuramos dar destaque às atividades que se configuraram como multiletradas. Dentre essas, estão aquelas produzidas através de vídeos documentários, de filmes de curta metragem e as produzidas por meio de imagens do *whatsapp*¹, requerendo dos alunos letramentos necessários para reconhecê-las e operá-las a partir de seus conhecimentos letrados adquiridos em outras esferas sociais de seu cotidiano envolvendo a leitura e a escrita.

Neste estudo, são analisadas as atividades multiletradas realizadas em sala de aula, e as contribuições para o desenvolvimento da leitura e de escrita dos alunos, a partir das nossas observações diárias nas aulas de Língua Portuguesa. Para tanto, utilizamos como metodologia anotações diárias em fichas de campo, aplicação de questionário para a coleta de informações, gravações em áudios e vídeos e ainda nossas impressões acerca das interações dos sujeitos pesquisados.

Para auxiliar o estudo, desenvolvemos algumas questões norteadoras que direcionaram as nossas observações em sala de aula as quais apresentaremos a seguir:

- a) quais atividades multiletradas estão presentes e como são contempladas na sala de aula do Ensino Médio?
- b) como ocorrem os eventos de leitura e escrita de alunos do Ensino Médio no contexto das atividades multiletradas?
- c) o contexto das atividades multiletradas contribue para o desenvolvimento da leitura e da escrita dos alunos do Ensino Médio?

A partir destas questões, destacamos em um sentido mais amplo, a importância das novas tecnologias multiletradas de uso comum na sociedade, como recursos midiáticos para o desenvolvimento de novas formas de leitura e de escrita dos alunos em sala de aula.

Para as análises, utilizamos apenas as atividades de linguagem associadas às novas tecnologias multiletradas realizadas pelos alunos em sala de aula. O *corpus* utilizado foram

¹ É um software para smartphones utilizado para troca de mensagens de texto instantaneamente, além de vídeos, fotos e áudios por meio de uma conexão a internet.

três atividades de produção textual a partir de vídeos documentários e duas atividades de linguagem a partir de *memes no whatsapp*, realizadas em interação entre alunos e professoras com fins no desenvolvimento da leitura e da escrita. O espaço de realização dessas atividades foi a sala de aula através de metodologias aplicadas pelas professoras de Língua Portuguesa.

Para fundamentar este estudo, buscamos apoio na teoria de Rojo (2009; 2012; 2013; 2015) sobre o letramento e os multiletramentos, em Street (1984; 2014), Soares (2012), Tfouni (2010), Mortatti (2004), Kleiman (1995; 2005) sobre o letramento e Barton (2015) sobre o letramento na era digital. Em Angrosino (2009), Geertz (1989), Lima (1996), Braga (1988), Saville- Troike (1982) e Erickson (1988,) buscamos subsídios da etnografia para o desenvolvimento do estudo do *corpus* desta pesquisa.

Adotamos como metodologia a abordagem qualitativa de cunho etnográfico. A análise qualitativa busca verificar o objeto investigado por meio dos instrumentos utilizados na pesquisa, tais como ficha de identificação dos sujeitos participantes, questionário, fichas de observação, registro de conversas informais em diários próprios para esse fim, gravações em áudios, dentre outros instrumentos que subsidiam pesquisas dessa natureza. Em corroboração com esses aspectos, nos apoderamos dessa metodologia para o desenvolvimento desse estudo, pois em se tratando de pesquisa etnográfica, não nos possibilitaria aplicar outra estratégia diferente. Assim, a etnografia nos permitiu construir as informações que foram interpretadas e transformadas em dados reais.

Reconhecidamente como um dos campos mais propícios ao estudo do letramento, o espaço da sala de aula foi uma excelente assertiva para desenvolvermos esta pesquisa, tendo em vista que, o campo escolhido é favorável ao desenvolvimento da produção escrita através das novas tecnologias que favorecem aos multiletramentos.

Dessa forma, esta pesquisa justifica-se pelo fato de que os multiletramentos se constituem como favoráveis às atividades de leitura e escrita, presentes nas tecnologias de informação e comunicação nos dias atuais, e que por vezes encontram barreiras em virtude de acolher diversas linguagens híbridas utilizadas na sociedade atual com fins na comunicação.

Quanto à estrutura do trabalho, optamos pela seguinte: No primeiro capítulo **INTRODUÇÃO**, apresentamos o desenho geral da nossa dissertação, mapeando de forma breve, a “estrutura física” do trabalho, destacando os objetivos, as questões norteadoras, o *corpus*, o método empregado para a coleta de dados com fins nas análises. O segundo capítulo **LEITURA, ESCRITA E SOCIEDADE**, está dividido em quatro seções. Propomos no início do capítulo, uma abordagem acerca da leitura e da escrita na sociedade como uma prática

social contínua que se realiza com fins no desenvolvimento de tarefas sociais pelos indivíduos. Apresentamos as perspectivas históricas do termo letramento e algumas ressignificações que têm surgido acerca do tema associado às novas tecnologias. Buscamos, ainda, dar destaque para a realização da escrita nas práticas de letramento realizadas no contexto social quanto escolar, este último, foco do nosso trabalho. No terceiro capítulo **PRÁTICAS MULTILETRADAS E INTERAÇÃO SOCIAL**, discutiremos um pouco sobre uma nova visão do letramento no campo das práticas sociais e as interações com as novas tecnologias. Ressaltamos de forma breve sobre o surgimento e constituição das práticas multiletradas motivadoras de novas formas de comunicação na sociedade e finalizando esse capítulo abordamos sucintamente, porém de forma atual, como esses multiletramentos vêm sendo mediado pelas novas tecnologias digitais de informação e comunicação e sua organização, dando destaque para as concepções de letramento presentes no contexto escolar. O quarto capítulo **CARACTERÍSTICAS METODOLÓGICAS DA PESQUISA ETNOGRÁFICA**, está dividido em cinco seções e buscamos nele, dá destaque aos aspectos teóricos da pesquisa etnográfica com uma breve abordagem da pesquisa. Apresentamos seu desenho com vistas aos resultados pretendidos, destacando aqui o universo, a constituição da amostra, a dinâmica de interação dos sujeitos participantes, os procedimentos de coleta e sistematização dos dados. No quinto capítulo **ANÁLISES DOS EVENTOS NO CONTEXTO DAS ATIVIDADES MULTILETRADAS**, dividimos em duas seções, destacando na primeira seção, através do que nos foi possível aferir nas observações, o perfil do letramento dos sujeitos a partir da entrevista e do questionário aplicado no início da pesquisa. Na seção seguinte, procedemos com as análises dos eventos observados que denominamos nesta pesquisa “de multiletramentos” em analogia a eventos de letramento.

Ao final, tecemos nossas considerações acerca dos resultados da pesquisa, tratando apenas de uma análise dos eventos observados durante a fase da pesquisa até seu final. Por fim, as referências utilizadas para a construção deste trabalho e os anexos que fazem parte do material coletado para esta dissertação.

2 LEITURA, ESCRITA E SOCIEDADE

Neste capítulo, abordaremos alguns conceitos teóricos relacionados ao papel da leitura e da escrita como habilidades da língua e seus usos pelos indivíduos fazem como atividades para o processo de comunicação em sociedade. Para tanto, destacamos de forma breve o papel da escrita, fazendo um pequeno recorte de seu surgimento enquanto tecnologia da tinta e do papel, e as novas ferramentas tecnológicas utilizadas atualmente na realização de novas práticas de letramento. Abordaremos também, o letramento em suas perspectivas históricas e a importância na realização de eventos encapsulados² em práticas sociais letradas realizadas pelos indivíduos.

Contempla, ainda, as diferenças implicadas na relação dos indivíduos com a leitura e a escrita como atividades relevantes para a realização das práticas sociais, as quais lhes permitem a inserção e a interação nas diversas esferas da sociedade, com destaque para as práticas que ocorrem no ambiente escolar, considerando que elas não se esgotam enquanto atividades diárias dos indivíduos, sendo as mesmas extensões do seu cotidiano.

Acrescentamos que, este estudo se situa no campo da linguística por envolver aspectos essenciais da língua, sobretudo os usos que os indivíduos fazem dela como fontes de tecnologias para o desenvolvimento de práticas de letramento através da leitura e escrita.

2.1 Escrita e sociedade: um contínuo

É, portanto, natural que os homens, atribuindo poderes mágicos a todas as coisas, conferissem significados sagrado e ritual ao material de escrita, à forma como se apresentava, às suas letras e ao próprio ato de escrever (U. KATZENSTEIN, ANO 1986).

A escrita, desde seu surgimento, tem seu registro histórico marcado pelo importante papel que tem desempenhado nas relações do homem com seus pares em sociedade. Tfouni (2010, p.12) afirma que “a escrita é o produto cultural por excelência”, considerado, portanto como “patrimônio” de todos os indivíduos.

² O termo *encapsulados* refere-se às ações ou posturas de leitura e escrita dos indivíduos que ocorrem naturalmente no momento da realização de um evento resumidas em uma prática.

Surgida há mais de 5.000 anos antes de Cristo, a escrita é o resultado mais notável do engenho humano. Difundida de forma bastante lenta, surgiu nas sociedades mais antigas com características e utilidades diferentes, tendo em seu princípio, códigos dominados por poucos, com influências sujeitas a fatores políticos e econômicos. Coulmas (2014, p. 16) destaca que esse artefato é um veículo que “vem exercendo sua influência sobre a língua”, assumindo o lugar de mediadora das relações homem e sociedade e estabelecendo-se como capaz de efetuar mudanças em vários contextos de atuação humana.

Bazerman (2011, p.13) acrescenta que “a escrita nos ajuda a tornar real e forte nossa presença num mundo social em que asseveramos nossas necessidades e nosso valor”. Assim, nossa presença na sociedade é definida através de nossas práticas de escrita. Com ela, nos tornamos agenciadores do nosso próprio ato de escrever, de forma a suprir nossas necessidades e o desejo de reconhecimento na sociedade e no mundo em que vivemos. Através dela deixamos a nossa marca, o nosso legado a outrem.

Para Mortatti (2004, p. 100), leitura e escrita são colocadas como bens culturais de vasta relevância para os indivíduos ao realizarem suas práticas sociais. A autora afirma que:

Dentre os bens culturais, encontram-se a leitura e a escrita como saberes constitutivos das sociedades letradas e que devem propiciar aos indivíduos ou grupos sociais não apenas acesso a ela, mas também participação efetiva na cultura escrita.

Portanto, não basta apenas seu acesso, é necessário apoderar-se, fazer uso real da leitura e da escrita de modo a estar incluído em uma cultura letrada. Como base de todas as esferas sociais, ela determina os fins e propósitos comunicativos construídos em detrimento da organização social dos sujeitos. Marcuschi (2010, p. 35), assevera que o valor da escrita “reflete em boa medida a organização da sociedade”, pois são formas de inclusão dos indivíduos nas diversas tarefas sociais de uso da língua.

Sobre este aspecto Coulmas (2014, p. 134) faz a afirmação de que “o domínio da língua escrita, mais que uma habilidade técnica, sempre foi e continua sendo um marcador de distinção social”. Com a difusão da tecnologia e sua expansão, ler e escrever não bastam como bens culturais, são necessários seus usos adequados por todos aqueles que de uma forma ou de outra estão inseridos nos processos e práticas sociais do cotidiano, a fim de que possam desempenhar seus papéis sociais e refletir seus significados culturais.

Para Coulmas (2014, p.138) os valores atribuídos à escrita são bem mais “largos”. O autor afirma que “os usos da escrita em sociedades modernas se vinculam intimamente a armazenamento, recuperação e acessibilidade a informações numa forma padronizada que, além disso, assegura a continuidade”. A escrita assegura meios para a aquisição dos bens culturais, dos registros, das memórias bem como a extensão do patrimônio escrito da humanidade, seja de forma individual ou coletiva.

De acordo com Bazerman (2011, p. 11), a escrita focaliza um lado individual e íntimo quando escrevemos. Assim ele acredita que:

A escrita está profundamente associada a valores de originalidade, personalidade, individualidade – com razão, porque nos fornece os meios pelos quais deixamos nossa existência, nossas condições de vida, nossos pensamentos, nossas ações e nossas intenções.

Como uma das habilidades intrínseca ao homem, a escrita reflete quem de fato ele é, o que pensa e o que faz através de suas práticas sociais. Assim, o homem marca presença enquanto ser humano dotado de consciência e de poder para registrar suas ações. Permite a mudança da condição social enquanto ser primitivo. Segundo Oliveira (2010), enquanto bem social, se firma como símbolo de *status*³, conferindo aos indivíduos o empoderamento de habilidades letradas.

Segundo Lopes (2006, p. 22), “o prestígio social conquistado pela escrita encontra-se evidenciado nas instâncias que o ratificam, por serem estas culturalmente legitimadas”. Neste pensar, a escrita de nada valeria se sua instância de circulação não a validasse, não o reconhecesse perante seu valor, mediante os usos que os indivíduos fazem socialmente. Assim, são as instâncias sociais que estabelecem e validam as formas de representação da escrita enquanto agência mediadora das relações de comunicação entre os usuários da língua, no que confere a seus modos de vida, suas ideias e intenções.

Costa (2014, p. 52) argumenta que:

A escrita é uma prática social e culturalmente determinada, sua aquisição será sempre com referência ao contexto em que essa escrita se realiza em vista das relações sociais efetivas das quais resulta e que, certamente, ajuda a estabelecer.

³ Posição favorável na sociedade; consideração, prestígio, renome."ter ".

A nossa prática escrita está intimamente ligada ao nosso contexto cultural. A forma como adquirimos são determinadas pelos meios que as viabilizamos. São eles que determinam nossa forma de escrever mediante as relações que mantemos com os outros indivíduos em nosso meio cultural. A escrita identifica nossa personalidade e nossa forma de ver o mundo. Portanto, acreditamos que seus usos não são inventados, estão ali por uma convencionalidade social no desejo de ratificar as ações e propósitos comunicativos.

Tfouni (2010, p.13), alerta para o pensamento de que a escrita “ não é produto neutro, ela se constitui como resultado das forças de poder e dominação que existem em toda sociedade”. Portanto, como artefato social ela transforma, valida e empodera as ações dos indivíduos, fazendo-os reconhecer seu poder em detrimento dos atos simples de fala.

Para Bazerman (2011, p. 11) ela permite “ enfrentar nossos pensamentos, memórias, emoções, como também nossos desejos para criação de uma presença no mundo” Seu domínio e posse se firmam como instrumento de poder para marcar presença no mundo, seja pelo desejo de reconhecimento de suas ações, seja pela necessidade de expor sua voz sobre os fatos que acontecem ao seu redor. Já para Marcuschi (2010, p. 21) “ após se tornar um fenômeno de massa desejável a todos os seres humanos, passou a receber um *status* bastante singular no contexto das atividades cognitivas de modo geral”. Para muitos indivíduos, a posse da escrita estaria de certa forma associada a novos patamares sociais capazes de notabilizar os indivíduos letrados, pertencentes a uma classe social superior dotada de poder para agir através da escrita.

Mortatti (2004, p. 15) destaca a importância social de ler e escrever nas sociedades modernas ao dizer que:

Saber ler e escrever, saber utilizar a leitura e a escrita nas diferentes situações do cotidiano são, hoje, necessidades tidas como inquestionáveis tanto para o exercício pleno da cidadania, no plano individual, quanto para a medida do nível de desenvolvimento de uma nação, no nível sociocultural e político.

Mortatti (2004) ressalta aspectos importantes entre leitura, escrita e sociedade e suas influências para que os indivíduos ajam socialmente. Neles estão embutidos conceitos que se relacionam a alfabetização, a escola, a educação e o direito dos indivíduos à aquisição e participação desses bens culturais como forma de “inclusão” na cultura letrada. Marcuschi (2010, p. 24) afirma que “a escrita é um fato histórico e deve ser tratado como tal e não como um bem natural”, portanto é um bem que deve ser adquirido e não apenas aperfeiçoado.

Nesse sentido, leitura e escrita são vistas como artefatos culturais mediadores das relações na sociedade, e de fato, de alguma maneira, estão representadas por práticas sociais diárias, como forma de processo comunicativo.

Segundo Soares (2004), para atender adequadamente as exigências da sociedade não basta o sujeito aprender a ler e a escrever, exige-se que ele se aproprie e faça uso adequado da escrita em seus eventos cotidianos. O referido autor refere-se à escrita como *propriedade verdadeira*, remetendo-a ao papel de atividade de letramento dos indivíduos, não apenas como aquisição do símbolo gráfico, mas também como competência para ler e entender o mundo que o cerca. Nesse sentido, envolve além de tudo, cognição e aptidão para compreensão das mensagens via símbolo gráfico ou não.

Kleiman (1995, p. 30) destaca a perspectiva cognitiva da escrita em relação à competência desenvolvida pelos indivíduos ao dizer que:

O poder liberador da escrita já é predicado quando se tece argumentos de que a posse da escrita permite que o possuidor, seja ele um indivíduo ou povo, dedique suas faculdades mentais ao exercício de operações mais abstratas, superiores.

A autora afere à escrita o despertar de uma consciência cognitiva e o poder de transformar as estruturas mentais dos indivíduos quando dela fazem uso. O desenvolvimento das atividades de leitura e escrita exige habilidades para o seu aprendizado. São etapas graduais, pois envolvem diferentes áreas cerebrais e requerem estratégias cognitivas para cada língua em particular, e a partir de seus critérios de usos, permite que possamos inferir o dito de uma forma e não de outra. Essas etapas envolvem diferentes estratégias cognitivas para cada língua em particular, isso porque toda língua requer a obediência às suas regras, o que é internalizada naturalmente pelos seus usuários.

De fato, o poder liberador da escrita é também base para uma postura crítica que os indivíduos assumem ao utilizarem-na em seu meio social, como forma de estabelecer os propósitos de sua comunicação. Nessa perspectiva, Magalhães Neto (2013, p. 53), afirma que, “é perceptível que leitura e escrita são processos sociais que conectam o pensamento, a experiência e as ideias ao conjunto de ações do indivíduo.” Assim, acreditamos que por meio desses aspectos, os indivíduos realizam seu papel social e conseguem efetivar sua presença na sociedade.

Portanto, é a partir desse olhar das operações mais abstratas e superiores da cognição dos indivíduos sobre a linguagem associada às novas tecnologias de domínio da leitura e da escrita que se realizam práticas multiletradas na era moderna. Assim, enfatizaremos a seguir as concepções de letramento e ressaltaremos algumas de suas perspectivas.

2.2 Concepções e perspectivas dos estudos do letramento

A avaliação do letramento é um fator importante para se entender como o Estado determina a natureza e a extensão da democracia (CREPELL, 1989).

Apresentaremos nesta seção algumas denominações dadas ao termo letramento, muito usadas nos estudos atuais, em virtude de suas perspectivas de usos e representação enquanto práticas de aquisição da leitura e da escrita na sociedade.

Surgida a mais de três décadas, a palavra letramento ainda pouco conhecida para aquele momento, foi segundo Soares (2012), usada pela primeira vez por Mary Kato em 1986. Na ocasião, a autora utilizou-se dessa nomenclatura para associá-la às consequências da língua falada culta, enquanto aquisição da linguagem, caracterizando, assim, um sentido muito restrito quanto à significação do termo.

Assim, Kato (1986, p. 7) se posicionou a respeito do termo letramento.

Acredito ainda que a chamada norma-padrão, ou língua falada culta, é consequência do letramento, motivo por que, indiretamente, é função da escola desenvolver no aluno o domínio da linguagem falada institucionalmente aceita.

Nas palavras de Kato (1986), além de definir letramento como habilidade linguística, ela atribui a responsabilidade dessa prática exclusivamente à escola. A partir de então, outros autores começaram a utilizar a mesma nomenclatura alargando seu campo lexical. Tfouni (2010) enfoca letramento como termo técnico, utilizando-o enquanto aquisição da leitura e da escrita no campo da Educação e das Ciências Linguísticas.

No contexto das Ciências Linguísticas, etimologicamente a concepção de letramento usada na literatura atual é derivada da versão portuguesa contraída do inglês *literacy*⁴ que denota significados de condição, estado ou fato de ser.

Segundo Soares (2012, p. 17) “literacy é o estado ou condição que assume aquele que aprende a ler e escrever”. Ainda segundo a autora, esse conceito engloba “a ideia de que a escrita traz consequências sociais, culturais, políticas, econômicas, cognitivas e linguísticas quer individual ou socialmente”.

Vários conceitos buscam reconfigurar as práticas realizadas pelos indivíduos ligadas à leitura e à escrita, sejam elas em seu aspecto individual ou social. Assim, para Tfouni (2010, p.11-12) a alfabetização e o letramento são resultados de um processo de aquisição de um sistema escrito, porém ela faz uma distinção ao conceituá-los como sendo alfabetização “as habilidades para a leitura, escrita e as chamadas práticas de linguagem” e o letramento como sendo “a focalização de aspectos sócio históricos da aquisição da escrita”.

Com a expansão social dos usos da escrita em diversos campos dos saberes nas sociedades tecnológicas, letramento passa, então, a ser definido com outras conotações. Para subsidiar as necessidades do homem em um mundo tecnologizado, a escrita passou a ser imprescindível para a realização das práticas sociais, que vai além de sua aquisição como simples processo de alfabetização do código escrito.

Ligado ao processo de alfabetização, o termo alfabetismo esteve por muito tempo na pauta dos estudos de muitos autores para se referir às competências, habilidades e capacidades dos indivíduos como consequências dos atos de leitura e escrita. Para esses, a palavra alfabetismo era suficiente para englobar as habilidades de aquisição da escrita por se assemelhar a letramento. As diferenças entre os conhecimentos dos indivíduos, segue apenas o parâmetro de níveis de alfabetismos. Por muito tempo, alfabetismo e letramento estiveram muito próximos, pelo fato de apresentarem aspectos bastante semelhantes.

Segundo Rojo (2009) a distinção entre alfabetismo e letramento é bastante relevante para a compreensão clara dos estudos do letramento. Assim, Rojo (2009, p. 98) explica que:

Alfabetismo tem um foco individual, bastante ditado pelas capacidades e competências escolares [...]; letramento busca recobrir os usos e práticas sociais de linguagem que envolve a escrita, sejam elas valorizadas ou não, locais ou globais [...]

⁴ Do latim *litera* (letra), com o sufixo – *cy*, que denota qualidade, condição, estado, fato de ser” (SOARES, p. 17, 2012).

Com os novos estudos do letramento, Kleiman (1995), atribuiu ao termo, o caráter de prática social muito além de somente aquisição da escrita como símbolo gráfico. Street (1995), citado por Kleiman (1995), faz uso desse termo ligado ao seu aspecto social e chama à atenção para a composição da expressão “*letramentos sociais*”⁵, estabelecendo um sinônimo mais abrangente para práticas plurais, enquanto ensino contextualizado.

Em um conceito elaborado acerca do letramento social, Soares (2012, p.72), define-o como sendo não apenas habilidades individuais, mas “o conjunto de práticas sociais ligadas à leitura e à escrita em que os indivíduos se envolvem em seu contexto social”. Para Soares (2012), letramento vai muito além de simples habilidades individuais de usos da escrita. Envolve o que as pessoas fazem e os valores que elas atribuem socialmente quando de seu uso.

Para Magalhães Neto (2013, p. 22), “o termo letramento pode ser visto em duas dimensões, relacionado ao processo de alfabetização e relacionado a práticas sociais, ambos relativos à existência do homem”. Para o autor, são dois processos importantes para a compreensão do homem enquanto ser que age e se comunica através da leitura e da escrita. Tal pensamento corrobora com o que diz Kleiman (1995, p. 15-16), ao conceituar, a partir de uma nova perspectiva, letramento e alfabetização, com a seguinte definição:

O conceito de letramento começou a ser usado nos meios acadêmicos como tentativa de separar os estudos sobre o impacto social da escrita (1991) dos estudos sobre a alfabetização, cujas conotações escolares destacam competências individuais no uso e na prática da escrita.

Segundo a autora, o letramento encontrou-se no momento sob dois enfoques resultantes da aquisição da escrita: como uma prática de aquisição individual, ligada à apropriação da escrita e as realizações de cada indivíduo em particular e, como prática de aquisição social, havendo a necessidade de se caracterizar a escrita a partir de suas formas de aquisição pelos indivíduos, construídos socialmente e através de outros significados sociais atribuídos aos atos de leitura e escrita. A partir desse novo enfoque, Soares (2012, p. 66), apoiada em Wagner (1983), caracteriza o conceito de letramento em duas principais dimensões: individual e social que assim as define:

Quando o foco é posto na dimensão individual, o letramento é visto como um atributo pessoal, ‘à simples posse individual das tecnologias mentais complementares de ler e escrever’. Quando o foco se desloca para a

⁵ Termo cunhado por Street (2014) para se referir às práticas plurais do letramento.

dimensão social, o letramento é visto como um fenômeno cultural, ‘um conjunto de atividades sociais que envolvem a língua escrita, e de exigências sociais de uso da língua escrita.

Soares (2012) apresenta as duas perspectivas do letramento social, já enfocadas por Street (1984), apontando a ênfase de forma heterogênea. São dimensões as quais denomina de individual e social. Na dimensão individual o letramento é colocado simplesmente como habilidades adquiridas pelos indivíduos em relação à leitura e à escrita – como processo de alfabetização. Tanto leitura, quanto escrita são tecnologias que se diferenciam apenas em seus propósitos, estando ligada ao processo de alfabetização do indivíduo como apreensão do código linguístico. Neste aspecto, letramento está intimamente ligado à mera prática de aquisição tecnológica da escrita ocorrida no contexto escolar.

Na dimensão social, o letramento é colocado como função, tendo como propósito o uso da língua enquanto atividade social, indo mais além que a simples tarefa de ler e escrever, pois, embora envolva, perpassa o processo da aquisição do código, caracterizando-se como práticas sociais interdependentes realizadas de formas empíricas ou populares. A relação de conciliação entre esses dois aspectos que definem o termo letramento, seguem caminhos diferentes e muitos são os impasses para sua definição no que envolvem os aspectos de ler e escrever.

A respeito dessas dimensões, Mortatti (2004) assegura que o que devemos levar em consideração é o caráter de prática social que elas abordam. Na visão da autora, ou como prática individual ou como prática social, a aquisição do letramento é sempre uma ação de natureza social realizada pelos indivíduos.

Soares (2012) argumenta sobre as interpretações conflitantes quanto à natureza da dimensão social do letramento. Para a autora, a partir das reflexões de Street (1984) acerca de letramento autônomo e ideológico, duas versões são postas nessa dimensão: uma versão caracterizada como interpretação progressista liberal, chamada de “fraca” e outra como perspectiva radical revolucionária, chamada de “forte”, no que conferem a seus atributos e implicações.

Soares (2012, p. 72), assim denomina:

Letramento, na interpretação ‘fraca’ de sua dimensão social, é definido em termos de habilidades necessárias para que o indivíduo funcione

adequadamente em seu contexto social – vem daí o termo letramento funcional [...].

No enfoque liberal, leitura e escrita são vistas como habilidades que os indivíduos adquirem para agirem socialmente. São formas empíricas que não podem estar dissociadas de seus usos. São modelos pré-estabelecidos que os indivíduos assumem para atender as exigências da vida social. Esse é o modelo de letramento que deve ser adotado para caracterizar as habilidades dos indivíduos em sociedade. É também o modelo de letramento adotado pela Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), para caracterizar um sujeito letrado.

Na perspectiva radical revolucionária, considerada como uma versão “forte” do letramento social, há um conceito mais abrangente que Soares (2012, p. 75) apresenta da forma a seguir:

Na interpretação radical, ‘revolucionária’, letramento é essencialmente um conjunto de práticas socialmente construídas que envolvem leitura e escrita, geradas por processos sociais mais amplos, e responsáveis por reforçar ou questionar valores, tradições e formas de distribuição de poder presentes nos contextos sociais.

Essa é uma visão ampliada de letramento para o campo das práticas plurais realizadas socialmente pelos indivíduos, sejam elas escolarizadas ou vernaculares, propondo um resgate da autoestima dos indivíduos, para autoafirmação de sua identidade e conseqüentemente para o seu empoderamento. Para Street (1984), essas características são perceptíveis em um modelo de letramento denominado de ideológico. Nessa visão de letramento como ideologia, há o conceito de síntese que resume as práticas sociais e as concepções de leitura e escrita.

O supracitado autor (1984) deixa transparecer que versão “fraca” e versão “forte”, de letramento social, estão intimamente ligadas a outros conceitos de letramento que ele próprio vem esboçando há muito tempo, incutidos na ideia de modelo autônomo e modelo ideológico. Nessa perspectiva, a versão “fraca” estaria configurada como modelo de letramento autônomo e a versão “forte” como modelo ideológico.

Para Street (2014, p. 147), do modelo ideológico surgem os conceitos técnicos de práticas e eventos de letramento. Por evento de letramento, ele caracteriza como sendo as sequências de situações de leitura e escrita que os indivíduos se envolvem e realizam, encapsulados em uma determinada prática. Por práticas de letramento, o autor define como o

conjunto dos eventos realizados sob um propósito, incluindo aí também a postura dos indivíduos para sua realização.

Com os novos estudos do letramento, o termo passou então a ser bastante restrito para abordar a diversidade de práticas sociais, fazendo surgir na literatura outros termos que tentam dar conta dos comportamentos dos indivíduos envolvendo atividades de leitura e escrita.

Nesse sentido, Rojo (2009, p. 102) assegura que:

As abordagens mais recentes dos letramentos, em especial aquelas ligadas aos novos estudos dos letramentos, tem apontado para a heterogeneidade de práticas sociais de leitura, escrita e uso da língua/ linguagem em geral em sociedades letradas e tem insistido no caráter sociocultural e situado das práticas de letramento.

O termo letramento, no singular, já não comporta mais nos ambientes em que a cultura se tornou múltipla. A ideia se difundiu para outros campos em que o letramento adquire outros significados. Os novos estudos do letramento voltam seu olhar para as práticas que ocorrem localmente e de forma empírica. São os chamados letramentos vernaculares em sua heterogeneidade e poucos valorizados. Isso implica também, um olhar cuidadoso para os letramentos que ocorrem em ambientes formais como a escola, chamados de letramentos dominantes.

Em decorrência do surgimento da vertiginosa tecnologia digital de comunicação e informação, é importante destacar a presença dos letramentos múltiplos e dos multiletramentos que tentam recobrir as práticas advindas do mundo moderno. Porém, se por um lado, a expressão letramentos múltiplos, tenta opor-se a letramento autônomo, que tem dominado o círculo das agências de letramento, por outro lado, pode incorrer no erro de reificação, quando usado como ambivalência entre letramento e cultura. Para Street (*In: MAGALHÃES, 2012, p. 72*), esse erro incorre porque “ao caracterizar o letramento como múltiplo, é muito fácil escorregar e supor então que há um único letramento associado a uma cultura, única, de forma que haja letramentos múltiplos como há, supostamente culturas múltiplas”.

Street (2012) esclarece que é apenas uma visão de uma subcultura e que dentro dela pode haver vários tipos de práticas letradas. Surge dessa perspectiva a noção de letramentos múltiplos. Para Rojo (2009), essa concepção abarca os vários letramentos existentes dentro de uma mesma cultura e culturas diferentes.

A partir dos estudos do Novo Grupo de Londres (1996), uma nova nomenclatura surge para designar letramento e o conjunto de práticas plurais que o termo envolve. Tal termo está relacionado com a pluralidade cultural das populações e as várias manifestações dentro de uma mesma cultura. Surge aí o letramento carregado do prefixo *multi*. Os conceitos e as ideologias pregadas nesse conceito são, por algumas vezes, equivocados no sentido de serem postos como cada letramento pertencente a uma única e exclusiva comunidade.

O equívoco que se coloca é o distanciamento de multiletramentos com referência às práticas de leitura e escrita, associando-o como habilidades e competências. Dessa forma, torna-se impossível comparar um conjunto de práticas letradas com outras, fazendo com que algumas noções de práticas sociais sejam utilizadas por alguns autores como uso de metáforas para conceituá-las.

Street (2014) adverte para o fato de que ao se distanciarem esses tipos de letramentos da leitura e da escrita, mais claro fica que ele está sendo usado em um sentido muito particular, com aspecto caracterizador e em virtude de seu ambiente e função. Com o surgimento da internet, o termo multiletramentos é essencial para caracterizar as práticas sociais através dos canais e modos de comunicação que vão além da leitura e da escrita. Esse novo conceito envolve atividades de manipulação, de reconhecimento e utilização dessas novas práticas que se diferem de competências letradas ou habilidades culturais.

Nesse sentido, os multiletramentos exigem, nos dias atuais, muito mais que apenas ler e escrever para realizar atividades cotidianas. A sua relação com esses artefatos, além de serem essenciais para as atividades, exigem ainda, a complexidade do manuseio, da operação com novas formas criadas pelas tecnologias através de ícones, símbolos, grafias e até mesmo a postura com que os indivíduos devem adquirir diante da cultura das multissemioses e da multiplicidade de textos e imagens que caracterizam as informações para a comunicação das populações.

Diante das inúmeras pesquisas surgidas na etnografia do letramento, o que se observa é que não precisamos somente de modelos culturais de letramento, mas de modelos ideológicos em que seus usos e significados envolvam as lutas contra as barreiras entre as identidades particulares e as impostas. São discussões alongadas que são embasadas a partir de teorias, em que algumas são aceitas outras rejeitadas, porém valem ser discutidas.

A partir desses conceitos expostos, apresentaremos na seção a seguir o papel da escrita na realização das práticas de letramento dos indivíduos, sejam eles letrados ou não, e como

ela se constitui nas diversas esferas sociais em face a sua utilização para efetivar a comunicação nos dias atuais.

2.3 A escrita na realização de práticas de letramento

Apresentamos nesta seção a importância da escrita para realização das práticas de letramento em sociedade e o enfoque dado nos dias atuais aos processos sociais de sua realização, caracterizando-as como habilidades que buscam recobrir os eventos de leitura e de escrita realizados por indivíduos letrados e não letrados no contexto social.

Destacamos, de modo geral, as práticas de letramento dos indivíduos que utilizam a escrita para efetivar a comunicação, em virtude de suas necessidades para conviver em um mundo globalizado que exerce grande influência nas interações sociais.

Vivemos em uma sociedade em que a escrita penetrou com muito vigor, demarcando lugar de destaque nas culturas ditas letradas, exercendo papel relevante sobre os usuários da língua, no que confere ao desenvolvimento de suas tarefas cotidianas. Devido à relação estreita entre escrita e letramento é impossível separá-los.

Assim, mesmo não sendo escolarizado, um indivíduo se apodera da escrita para suas práticas sociais diárias, ao que se passa a considerá-lo como um indivíduo com certa condição de letramento. Da simples tarefa de reconhecer um produto pela marca em um supermercado a mais complexa tarefa de escrever um livro, estão presentes a escrita e o letramento para sua realização. Contudo, muito embora em graus variados, são práticas sociais. Mortatti (2004, p. 98) assegura que:

Letramento está diretamente relacionado com a língua escrita e seu lugar, suas funções e seus usos nas sociedades letradas, ou, mais, especificamente, grafocêntricas, isto é, sociedades organizadas em torno de um sistema de escrita e em que esta, sobretudo por meio do texto escrito e impresso, assume importância central na vida das pessoas e em suas relações com os outros e com o mundo em que vivem.

Na sociedade moderna, as habilidades de leitura e de escrita se constituem como a ferramenta que determina as formas dos eventos de letramento. São esses eventos que configuram comportamentos letrados necessários para a realização de suas ações, sejam elas individuais ou coletivas, com o propósito de entender ou se fazer entendido ao manter

relações com outros indivíduos no mundo. É no ambiente social que os sujeitos estão expostos as mais diversas situações que envolvem a leitura e a escrita que se constituem como atividades de letramento, sejam esses sujeitos letrados ou não.

O desenvolvimento cultural das novas tecnologias vem ditando as formas das interações sociais e, em tempos em que a escrita assume valor de supremacia sobre a oralidade, é ela que dita como deve agir os usuários da língua para estabelecerem a comunicação. Segundo Marcuschi (2010, p. 16-17), isso acontece porque:

Numa sociedade como a nossa, a escrita, enquanto manifestação formal dos diversos tipos de letramento, é mais do que uma tecnologia. Ela *se tornou* um bem social indispensável para enfrentar o dia a dia, seja nos centros urbanos ou na zona rural. Neste sentido, pode ser vista como essencial à própria sobrevivência no mundo moderno. Não por virtudes que lhes são imanentes, mas pela forma como se impôs e a violência com que penetrou nas sociedades modernas e impregnou as culturas de um modo geral.

A escrita é a representação das práticas de letramento. Seu poder de superioridade está relacionado às atitudes, valores e continuidade cultural como símbolo de educação e desenvolvimento social. Posterior à oralidade, sem a escrita nossas intenções estariam limitadas ao aspecto puramente oral e muito das nossas ações deixariam de ser expressas por falta de representação convencionadas socialmente através da escrita. Enquanto bem social, ela determina seu espaço e o viés das relações as quais permeiam. A escrita se torna, assim, essencial aos anseios do homem moderno, influenciando comportamentos e criando outros que serão assimilados socialmente.

Para Coulmas (2014, p. 16), “nos tempos modernos é imprescindível o domínio da leitura e da escrita, para a realização de habilidades letradas, sob pena de limitação dos indivíduos nos processos sociais que determinam sua efetiva participação na sociedade”.

Ler e escrever são tidos, hoje, como aspectos vitais para a convivência social, legitimando nossas ações e reafirmando nosso desejo de comunicação. Embora não letrado, ainda assim, um indivíduo vivendo em sociedade, está em constante contato com as práticas sociais determinadas pela escrita.

Nas mais importantes instâncias sociais, os letramentos são caracterizados pelos seus objetivos, propósitos e intenções. São práticas letradas, as quais irão caracterizar seu lugar e seu espaço de atuação, sejam eles, ocorridos em ambientes informais ou sociais de aquisição

de novas linguagens. O contexto e as ênfases na escrita são variados e diversos, devendo os mesmos, em qualquer instância⁶ serem reconhecidos e valorizados.

Assim, os ambientes em que ocorrem as práticas letradas se diferem para os participantes da situação. No contexto social, as práticas que envolvem a leitura e a escrita acontecem de forma a envolver os sujeitos em interações de tarefas a serem realizadas coletivamente. Diferentemente desse contexto, no ambiente formal da escola, seguem uma organização, requerendo dos sujeitos aprendizes a individualidade durante a realização dessas atividades. No ambiente escolar, as práticas de letramento envolvendo a escrita se caracterizam como analíticas relevantes para a realização das tarefas exigidas. As atividades que envolvem textos quase sempre são desvinculadas de suas situações de origem e parece que isso pouco importa quando o assunto é aquisição da leitura e da escrita em escolas que ainda procuram sua sustentabilidade no ensino dito tradicional. Porém é importante aproximar as práticas sociais de outras esferas de circulação com as práticas escolares. É importante situá-las dentro de um contexto escolar mais dinâmico e mais próximo das práticas sociais dos alunos.

Segundo Kleiman (2005) essas práticas, em qualquer situação, têm o caráter de prática situada, pois elas envolvem habilidades e competências da vida social, que se caracterizam como eventos de letramento. O caráter dessas práticas se dá sempre em virtude das necessidades dos indivíduos para interagirem associados a outros saberes. Street (2014 p. 173-174) “emprega práticas letradas como um conceito mais amplo, alçado a um nível mais elevado de abstração e referindo-se a comportamentos e conceptualizações relacionados ao uso da leitura e/ou escrita”. Dessa forma, para Street (2014), nesse emprego estão inseridos tanto a leitura e a escrita propriamente dita como também a postura, os objetivos e as performances dos indivíduos para sua realização, os quais se constituem como práticas e eventos de letramentos, indissociáveis.

Para os sujeitos analfabetos, a língua enquanto escrita se apresenta como obstáculo para a realização de práticas sociais e muitas vezes limita a participação social. No entanto, Coulmas (2014, p. 16) lembra que “defende-se hoje em dia que o letramento é um direito humano universal”, devendo, portanto, que, todos os indivíduos tenham acesso aos mais diversos tipos, sejam eles locais ou globais. É importante que esses indivíduos desenvolvam habilidades independentemente de serem adquiridas em qualquer que seja a instância social.

⁶ Local, âmbito em que tem a capacidade para agir.

Com o surgimento das novas tecnologias, Kleiman (2005, p. 20) assegura que “a língua escrita passa do domínio de uns poucos para um saber universal, considerado direito de todos e com isso, a relação das pessoas com a língua mudou radicalmente”. Já não satisfaz apenas o domínio do código escrito, é também fundamental as habilidades para sua interpretação e aplicação nas mais diversas situações de complexidade de leitura e escrita enfrentadas pelos indivíduos nas tarefas sociais diárias. Kleiman (2005, p. 21) argumenta que “o termo letramento, surge para se referir a um conjunto de práticas de usos da escrita que vinham modificando profundamente a sociedade, mais amplo do que as práticas escolares de uso da escrita, incluindo-as, porém”.

Com a efervescência cultural, tem-se o surgimento de diversas práticas, as quais são requeridas o domínio da leitura e da escrita para operá-las. Na contemporaneidade, já não comporta mais apenas um tipo de letramento utilizado como sinônimo de alfabetização propagado na escola, urge outras formas de aquisição dos bens culturais em outros espaços que precisam ser associados às práticas escolares.

Como bem lembra Street (2014), letramento deve ser visto como uma categoria plural, que volte seu olhar para as especificidades culturais, permitindo aos usuários da língua a mescla de habilidades que lhe são familiares em suas práticas e eventos cotidianos de leitura e escrita em todos os contextos de sua vida.

Nessa perspectiva, na próxima seção apresentamos as especificidades das práticas de letramento no ambiente escolar e a dinâmica de sua realização na maioria das escolas brasileiras.

2.4 Letramento e práticas escolares

Nesta seção, daremos enfoque ao letramento no campo das práticas escolares, a partir do conceito de que, de certo modo, é uma prática social que, apesar de seu caráter formal, se constitui da interação dos sujeitos para a realização de práticas de leitura e de escrita.

A sociedade moderna é permeada de práticas sociais que se caracterizam em virtude de seus fins e de seus propósitos. Essas práticas subsidiam os indivíduos em seus processos comunicativos nos mais diferentes contextos sociais. As agências de letramento dão origem as mais diversas práticas sociais estabelecendo os modelos que devem ser representados por seus sujeitos. Assim, agências como a família, a igreja, o trabalho, as associações, a escola, sejam

quais forem, estabelecem suas práticas e o tipo de letramento que deve ser desenvolvido por seus participantes.

Os espaços de produção em que ocorrem práticas de leitura e de escrita podem ser caracterizados como uma agência⁷. Entre os vários espaços de agenciamento da escrita, destacamos a escola, como uma dessas agências mediadoras do letramento desenvolvidos através das atividades de leitura e escrita práticas realizadas formalmente pelos seus sujeitos.

Mollica (2014, p. 12) expõe o pensamento de que “as práticas de leitura e escrita coloca os falantes com maiores chances de construir cidadania plena”. Entendemos a expressão “cidadania plena” como uma das ideologias da escola, vista como uma das mais importantes agências para o letramento e conseqüentemente ponte para o desenvolvimento social dos indivíduos. Porém, Mollica (2014, p. 16) ressalta que, embora o destaque seja para a escola como um ambiente formal da aquisição da leitura e da escrita, há também a seguridade e o reconhecimento de outros espaços de ambientes para o letramento, quando afirma que:

A escola é uma das agências de letramento, paralelamente a outros sistemas assentados na experiência de vida, na necessidade de sobrevivência, na profissão dos indivíduos, na atuação dos cidadãos em suas comunidades particulares ou em âmbito mais geral

Embora o contexto social forneça bases para novos letramentos, é a escola que paralela a outros sistemas, ratifica as práticas de leitura e escrita que os indivíduos adquirem em meio às experiências construídas ao longo de sua vida. Mollica (2014) afirma que a escola é uma instituição que faz parte dos anseios dos indivíduos, como aquela capaz de promover a inclusão social, pois há o pensamento de que é através dessa instância que os indivíduos se tornam agentes ativos transformadores, construtores de sua própria personalidade.

A partir da ideia de educação veiculada na escola como sinônimo de aprendizagem e aquisição de conteúdos, há a crença que a leitura e a escrita são formas de melhor compreender o mundo e meios capazes para melhores condições de vida.

Coulmas (2014, p. 126) difunde a ideia radical de escola como “a instituição que mais obviamente depende da escrita e serve para sua disseminação. Sem escrita não há escola; sem escola não há escrita”. Valorizada socialmente, a escola ganha esse *status* pelo fato do Estado dar somente a ela esse poder de ratificar a leitura e a escrita dos indivíduos a partir de leis pré-

⁷ Capacidade de agir, de desincumbir uma tarefa.

estabelecidas. Coulmas (2014, p. 134) ainda faz uma reflexão sobre o poder da escrita na escola ao dizer que “a língua escrita é um atributo de poder, escrever é potencialmente um meio de empoderamento”.

Assim, para o autor, o potencial desenvolvimento das práticas da leitura e da escrita está ratificado na escola, a qual proporciona letramentos necessários aos alunos para esse empoderamento que, por sua vez, traz aos indivíduos a compreensão das leituras de mundo. Neste pensar, somente através dos conhecimentos adquiridos na escola é que é possível assimilar o mundo e operar com novos letramentos a partir da escrita. Com essa ideologia, a escola tem se mostrado efetivamente restrita e por essa razão, tem recebido várias críticas por adotar um ensino voltado para simples atividade de aquisição do código linguístico, sem reflexões sociais sobre aquilo que realmente seus sujeitos leem e escrevem através da construção de um letramento pedagogizado de caráter autônomo.

Na tarefa responsável de ser a mediadora da transmissão da escrita, a escola se mostra como agência de reprodução social e cultural, com autonomia de seus códigos linguísticos e de controle dos indivíduos. Soares (2012, p. 84) argumenta que “nas sociedades contemporâneas, a instância responsável por promover o letramento é o sistema escolar”. É ela que se estabelece como instituição de poder social e somente através dela os indivíduos conseguem ser letrado. Cook- Gomperz (1986) afirma que letramento é definido, na instância escolar, como objetivo e como produto da escolarização. Ainda assim, o letramento encontra problemas quanto à falta de uma definição própria, de sua mediação e avaliação.

Sobre esses processos característicos da instituição escolar, Soares (2012, p. 84) destaca pontos favoráveis e desfavoráveis quanto a seus tipos de letramento. A autora argumenta que ele “é visto como favorável quando de maneira progressiva pode avaliar as habilidades, conhecimentos e usos sociais da leitura e da escrita em vários pontos de um contínuo”. Letramento nesta perspectiva se apresenta com um caráter ideológico de práticas sociais.

Como atividade a ser internalizada de maneira contínua, Mortatti (2004, p. 110) enfatiza que letramento “envolve um processo permanente, cujo produto final não se pode definir nem prefixar”. A característica de letramento como contínuo é o que impossibilita se distinguir conceitos sobre alguns termos que envolvem a aquisição da leitura e da escrita seja ela individual ou social.

Como aspecto desfavorável, o letramento passa então, a ser visto como processo de escolarização, como forma de validar e definir somente um padrão de variedade e inferiorizar

os demais. A escola padroniza, aplica, regula e delimita como deve ser seu ensino. A concepção arraigada na escola é aquela em que seus alunos têm apenas o interesse e o propósito de aprender a ler e escrever, surgindo desse comportamento a ideia de escola como espaço destinado para crianças e adolescentes “ser alguém na vida”, sem a mera reflexão da leitura de mundo.

Ao contrário, Bazerman (2011, p. 9) lembra que é preciso compreender que:

Estudantes são apenas pessoas, normalmente jovens passando pelas escolas para aumentar suas possibilidades de ter sucesso na vida e contribuir com a sociedade. É na sala de aula que educadores de letramento têm a oportunidade de trabalhar e de construir para o crescimento e o desenvolvimento da maioria dos membros da sociedade.

É importante, porém, que a instituição escolar esteja disposta a rever seu tipo de letramento, que busque colaborar com os anseios dos alunos e saiba identificar o que é relevante para suas atividades de leitura e escrita mesclando com outras práticas de sua vida social. A escola deve, portanto, refletir qual é o conceito que ela tem do que é “ser alguém na vida” e reavaliar sua postura autônoma que encontra na família uma forte aliada.

Segundo Street (2014), em pesquisa feita nos EUA, a concepção de modelo autônomo enraizado na escola, ultrapassa seus limites. São os próprios pais que valorizam e exige dela uma postura estritamente de letramento autônomo, estendendo-a até o ambiente familiar. O autor argumenta que, as práticas de leitura e escrita em casa é uma extensão das práticas escolares. Os próprios pais assumem em casa a mesma postura pedagógica autônoma da escola porque para eles, o letramento resultante das práticas de convivências não é tido como válido, nem como ensino, nem como construção da aprendizagem.

Conceber letramento como supremacia e progresso científico é referir-se a letramento como atividade específica a qual está ligada ao letramento autônomo. Esta tendência se concretiza quando algumas características do caráter autônomo são adotadas pelos pais no contexto familiar. Street (2014, p. 135) observa, ainda, que:

A preocupação com os aspectos formais do letramento e da língua, as convenções associadas ao letramento, à autoridade e ao controle de práticas letradas são características que reafirmam o tipo de letramento adotado na escola e em contexto familiar.

Entendemos que o letramento autônomo institucionalizado na escola recebe forças da família para sua permanência, associado ao caráter intrínseco da escolarização e da pedagogização.

Atrelada ao modelo autônomo, que tem seu caráter nas habilidades de aquisição e reprodução da escrita, a escola desenha seus moldes de ensino quase sempre nas práticas individuais, no que consiste ler e produzir textos pertinentes às atividades desenvolvidas na escola, em variados gêneros desvinculados da vida social de seus alunos. Assim, cada indivíduo que compõe a esfera escolar desenvolve suas práticas escolares em eventos cotidianos na garantia de desenvolver sua linguagem.

Por evento, adotamos a perspectiva de Street (2014), que caracteriza o termo como atividades interligadas realizadas em determinado momento em um contexto que dará origem a uma prática social concreta considerada como contexto maior.

A natureza das práticas escolares tem envolvido letramento e escolarização como dois aspectos complexos os quais devem ser tanto meio quanto resultado dos processos de aquisição da leitura e da escrita.

Embora o papel fundamental da escolarização seja de promover habilidades associadas ao letramento, é notório os casos em que esses dois processos não estão associados na realização das práticas dentro da escola. Ao se inferir letramento no contexto escolar, uma questão deve ser bem definida quanto ao conceito do termo alfabetização, pois esses dois termos não condizem com as mesmas práticas e não se sobrepõem, mas podem, de certa forma, se complementar. É importante perceber como eles se correlacionam, pois há entre eles, segundo Mortatti (2004, p. 67) “uma relação bastante complexa envolvendo diferentes problemas e preocupações em especial a relação entre letramento social e letramento escolar e o processo de pedagogização do letramento”.

Notadamente, há uma diferença significativa entre práticas ocorridas no contexto escolar e as práticas ocorridas no contexto social. Kleiman (2005, p. 33) as caracteriza da seguinte forma:

As práticas de letramento fora da escola tem objetivos sociais relevantes para os participantes da situação. As práticas de letramento escolares visam ao desenvolvimento de habilidades e competências no aluno e isso pode, ou não, ser relevante para o estudante.

Para a autora, a relevância das práticas de letramento na escola está dissociada das práticas sociais fora da escola, e isso contribui para tornar a escrita como um dos problemas enfrentados na escola, pois, se difere muito da escrita que os indivíduos adquirem em sua vida social. Fora da escola essas práticas são úteis, necessárias para estabelecer sentido em seus usos. Elas se realizam com uma finalidade, um propósito comunicativo. Na escola, elas passam por uma espécie de imposição, muitas vezes acontecem sem sentido imediato para a vida do indivíduo, sem que nada seja correlacionado a sua vida e a suas necessidades de aprendizagem no momento.

Mortatti (2004) aponta que em estudos realizados em contexto americano e brasileiro, as práticas escolares são determinadas pelo modelo autônomo, considerando escrita como atividade neutra, objetivando apenas que o aluno seja capaz de desenvolver habilidades de interpretar textos abstratos dos gêneros expositivos e argumentativos.

Ao colocar a escrita como mera atividade de produção, a escola estabelece uma separação do oral e do escrito, implicando entre duas formas diferentes entre letramento: o escolar e o social. No entanto, essa distinção não deveria ser atrelada ao oral e ao escrito, mas ao fato de que pode existir letramento dentro do contexto escolar e letramento fora do contexto escolar, ambos implicando em letramentos sociais.

Para buscar explicações para a existência desses dois tipos de letramento, recorreremos aos conceitos de práticas e eventos de letramento que por natureza, permeiam o cotidiano dos indivíduos nas sociedades letradas.

Porém, se nas sociedades civis os eventos e as práticas são aspectos da natureza do que cada indivíduo realiza socialmente, no contexto escolar, essas atividades são autonomizadas e encontram sua uniformidade nas características de seu contexto. Para Mortatti (2004, p. 113), eventos e práticas de letramento no contexto escolar ganham, por conta do caráter autônomo da escola, uma configuração diferente.

No contexto escolar, esses eventos e práticas se tornam objetos de ensino e aprendizagem submetidos a uma organização sistemática e metódica, mediante processo de seleção e estabelecimento, de acordo com critérios pedagógicos, de conteúdos e atividades a serem desenvolvidos: a aprendizagem por parte do aluno.

Assim, entendemos que o letramento que ocorre no contexto escolar por meio dos eventos e das práticas de leitura e escrita, são atividades pedagogizadas que seguem um modo didático de aplicação, no que se refere ao que ensinar, o que ser ensinado e o que ser

adquirido, tornando-se parte de uma cultura especificamente padronizada. Segue-se um instrumento de didatização para serem aplicados no contexto das escolas.

Souza (2012, p. 59), argumenta que “quando o assunto é ler e escrever, a escola ocupa um lugar especial”, isso prova a autonomia da escola. “[...] é nela que a maior parte das pessoas se alfabetizam e passam a refletir sistematicamente sobre a escrita”. Em Kleiman (2005, p. 24), encontramos o pensamento de escrita como prática tradicional ao afirmar que:

A prática tradicional de uso da escrita dentro da escola envolve a demonstração da capacidade individual de realizar todos os aspectos da tarefa, sejam eles soletrar, ler um manual de informações ou escrever um ditado.

Sistematicamente a escola organiza a escrita de maneira autônoma, sem referências nas práticas sociais fora de seu contexto, caracterizando-a como processo de escolarização. Como processo inegavelmente inerente à escola, na escolarização devemos ter a habilidade de, dentro do possível, aproximar as atividades de leitura e escrita realizadas, das atividades ou práticas de leitura e escrita que os indivíduos realizam fora do contexto escolar, pois nas duas situações elas se caracterizam como práticas sociais.

Souza (2012, p. 36) argumenta que “a linguagem escrita na escola necessita articular-se a outras práticas, precisa estar em movimento, a serviço da aprendizagem e da reflexão sobre o mundo e sobre o lugar dos estudantes neste mundo”. Deve dar possibilidades de movimento, de locomoção, de conexão com as práticas realizadas no mundo para atribuir sentido aos conteúdos que são ensinados na escola.

Na sala de aula de Ensino Médio, encontramos sujeitos envolvidos em muitas práticas sociais. São práticas mistas carregadas de conquistas, frustrações, anseios, interesses e perspectivas, porém solitárias. Nos últimos tempos, a escola mudou sua visão sobre as práticas pedagógicas e com isso, as novas práticas de leitura e escrita na sala de aula também mudaram. É importante atentar para a inclusão dos jovens dentro dessas práticas no pequeno mundo da sala de aula, oferecendo-lhe novas perspectivas e o abandono das práticas solitárias individuais competitivas pelas práticas coletivas colaborativas.

Na contemporaneidade, as exigências dos novos letramentos e as novas maneiras de se comunicar mudam constantemente, tanto na forma como na maneira de emitir e receber informações por meio das tecnologias digitais de comunicação, exigindo das pessoas a constante conexão com o mundo globalizado. É, portanto, nesta perspectiva que, no capítulo

seguinte, trataremos sobre as práticas multiletradas que permeiam a relação dos indivíduos, tanto o ambiente escolar como o ambiente fora dele e as interações resultantes dessas práticas.

3 PRÁTICAS MULTILETRADAS E INTERAÇÃO SOCIAL

Neste capítulo, abordaremos o surgimento das novas formas multiletradas de leitura e escrita mediadas pelas TDIC's⁸ para a compreensão de novas linguagens digitais no ciberespaço⁹.

A intenção deste capítulo é apontar o que de novo vem surgindo a respeito do letramento tanto social, quanto escolar, subsidiado por um prefixo *multi*. Embora não sejam atividades que se constituem como novas, em especial, no ambiente escolar, os multiletramentos já são de longa data assinalados pela escola quando resolve diversificar e inovar suas atividades de leitura e escrita com seus alunos para alcançar seus propósitos.

Daremos destaque para as inovações e o que vem sendo afirmado sobre os multiletramentos que buscam apoio das novas tecnologias digitais para o suporte de novas leituras de mundo, enfatizando como elas se organizam no âmbito social. Ressaltaremos o surgimento da ideologia *multi* através das tecnologias e das novas formas de ler, escrever e compreender a linguagem no mundo atual mediado pelas TDIC's.

3.1 Interação e tecnologias: uma nova organização das práticas sociais

O mundo contemporâneo mudou e com ele as novas tecnologias de informação e comunicação se tornaram imprescindíveis para estabelecer o diálogo entre o ensino de língua na sala de aula e as novas linguagens advindas do mundo lá fora. O conhecimento se renova constantemente tanto para professores quanto para alunos nos ambientes educacionais, de modo a tornar as práticas de sala de aula efetivas para esses sujeitos.

Ao longo da história, o conhecimento humano tem se dado através de novas e velhas tecnologias que buscaram se complementar para transformar e aprimorar a comunicação/ interação do homem. A linguagem oral e a escrita são processos tecnológicos importantíssimos que têm seu lugar na história da humanidade, porém não mais os únicos. Outras tecnologias, como as mídias e a internet, surgem na era da informação para a comunicação em escala global.

⁸ Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação.

⁹ Espaço das comunicações por redes de computação.

Para Gabriel (2013, p. 109) a “era da informação se refere ao período em que a informação se tornou a moeda corrente valiosa no mundo. ” Esse contexto tecnológico tem mudado radicalmente a vida das pessoas por se tornar central na maneira como efetuam as mudanças contemporâneas através das tecnologias digitais, determinando como as pessoas se comunicam e interagem em seu meio social. Sem a informação quase nada se modifica. Sem a comunicação os conhecimentos não serão transmitidos.

A esse respeito, Barton (2015, p. 12) afirma que:

Essas mudanças decorrentes das tecnologias se encaixam em mudanças sociais mais amplas. A vida contemporânea está mudando em muitos aspectos e isso impacta a linguagem e as práticas comunicativas. A tecnologia é parte central disso, mas é apenas um elemento num conjunto de fatores interligados.

A maneira de manter a comunicação no mundo moderno se estabelece em novas formas. Ela impacta a vida das pessoas e as obriga a interagir e organizar suas práticas através das novas tecnologias, que se constituem ultimamente como um dos itens da mudança social. A linguagem se torna, portanto, o veículo movedor dessa engrenagem que se concretiza através das práticas comunicativas. Esses dois aspectos últimos, linguagem e práticas comunicativas, dão vida as tecnologias, pois por si sós não inovam. É necessária a participação do homem para que ela de fato se torne tecnologia. São as práticas sociais e seus usos que as tornam efetivas.

No mundo moderno, as tecnologias são recursos importantíssimos que fazem parte da experiência das pessoas, mas, devemos dizer que elas não são tão novas assim. As novas tecnologias são resquícios das velhas tecnologias com roupagem e canais diferentes. Podemos citar como exemplo o e-mail, derivado da carta, as mensagens instantâneas, dos bilhetes, as imagens, da fotografia e assim por diante. Desta forma, o homem vai moldando sua vida e seu uso com a linguagem *online* em diferentes fases e domínios da vida.

Lemke (2010, p. 461) aduz que “práticas antigas migram em massa para sistemas ecossociais novos ou transformados: recriamos muito do que já é familiar”.

Podemos dizer que as novas tecnologias e as práticas de letramento decorrentes delas, são novas somente no nome, pois embora se inovando, elas jamais avançariam caso se centrassem em si mesmas. Esse aspecto acaba por permitir uma familiaridade dos indivíduos às tecnologias e as mídias digitais atuais, facilitando seu contato com as novas práticas de leitura e escrita e seus novos canais para emitir significados.

Em conformidade com Barton (2015, p. 30),

Há novas formas de interação, e atividades cotidianas são transformadas numa paisagem semiótica que se move rapidamente. Novas mídias fornecem diferentes relações entre as pessoas e as tecnologias, dando origem a novas *potencialidades*. Emergem novas formas de mediação da linguagem, e há até mesmo desafios para a distinção básica entre homem e máquina.

É notório o poder e a velocidade das tecnologias quando da capacidade de reorganizar constantemente as práticas sociais dos indivíduos, fazendo-os interagirem instantaneamente. Barton (2015) afirma que, não são as práticas sociais o que há de mais importante para os indivíduos e, sim, as formas, os meios e os canais de como devem ser realizadas que mudou e vem se modificando constantemente. Este fato exige a máxima habilidade dos indivíduos para lidar com elas. O mundo atual não permite mais a centralidade apenas de uma prática específica. O que os indivíduos desejam e procuram é por uma mudança constante que traga o novo.

As práticas de letramento no contexto on-line devem ser dêiticas, ou seja, devem estar sempre apontando para o que é atual. E isso é utilizado por muitos indivíduos na era on-line, sejam novos ou velhos.

Prensky (2001) desmitifica o pensamento de que a era digital pertence somente aos jovens e que de certa forma seria impossível acompanhar sua rapidez ou até mesmo acompanhá-los sobre o assunto, uma vez que a tecnologia digital não é mais tão nova assim.

A competência de uso das tecnologias não deve ser marcada pela idade de seus usuários. Esse conceito mudou à medida que esses nativos digitais acompanharam o surgimento das tecnologias digitais de outras décadas. A cada momento novas práticas situadas surgem no ambiente on-line e isso se relaciona com os indivíduos que as usam. O que de fato deve ocorrer segundo o autor, são as diferenças nas habilidades dessas práticas realizadas pelos indivíduos. Assim, deve-se pensar nelas como dêiticas, de forma a apontar para situações particulares de seus usos pelos indivíduos, para as práticas de letramento realizadas socialmente.

Para acompanhar essas mudanças, é essencial adotar o conceito de multiletramentos que deve apontar para as transformações e apropriações de novas formas de conceber as práticas sociais no contexto dentro e fora da escola, frente as necessidades que têm seus sujeitos de superar as barreiras do ensino aprendizagem, partindo das múltiplas identidades e de seus interesses na interação da vida social e escolar.

Para Cope e Kalantzis (2008), devemos buscar novas formas de aprendizagem de leitura e escrita, que assim possam dar condições de surgimento de uma metodologia de aplicação dos multiletramentos, inculcando neles todas as formas de linguagem e que sua centralidade esteja no indivíduo que aprende. É importante que os multiletramentos convoquem novas práticas de comunicação/ interação em diferentes linguagens, através de modos e canais de interação. A escola mudou e com ela suas práticas também mudaram. A instituição escolar deve dar abertura para as novas práticas de letramento que seus alunos já têm familiaridade no mundo online, de seu bairro, sua rua, sua casa, enfim, onde convivem.

Valorizar os letramentos que requer um prefixo “multi” é uma boa oportunidade que a escola tem de se conectar com o mundo de seus alunos. O celular, o computador, iphone e outros meios tecnológicos devem se constituir como canais de aprendizagem e novos letramentos na escola. Lemke (2010, p. 456) assevera que “os letramentos são, em si mesmos, tecnologias e nos dão as chaves para usar tecnologias mais amplas. Eles também produzem uma chave entre o eu e a sociedade”.

Soares (2002, p. 146), em tempos atrás, já antevia essa questão, afirmando naquela época que “estamos vivendo hoje a introdução na sociedade de novas e insipientes modalidades de práticas sociais de leitura e escrita, propiciadas pelas recentes tecnologias de comunicação eletrônica”. São práticas de letramento que os indivíduos se apropriam em seu meio social e que irão determinar os modos de agir no ciberespaço. Ainda segundo este autor, naquele momento, ideal para captarmos aspectos importantes sobre as práticas de letramento e seus efeitos através das novas tecnologias.

As mutações das práticas de letramento no ciberespaço permitem novas formas de acesso à comunicação e a interação dos indivíduos em novas formas de conhecimentos advindos do mundo das mídias sociais. São novas competências para ler e escrever. Uma nova forma de letramento para aqueles que exercem práticas de leitura e escrita através das mídias digitais.

Lemke (2010, p. 460) revela que:

Na atualidade, novas tecnologias da informação estão mediando a transformação de nossas comunidades de construção de significado. Podemos nos comunicar, de forma inédita, com maior frequência e intimidade com as comunidades mais diversas em termos geográficos e culturais.

Novas tecnologias surgem para auxiliar no desenvolvimento das práticas de letramento diárias. O poder dos meios tecnológicos se expande associando-se a vários aspectos, os quais agilizam informações, mantêm relações entre si, encurtam distâncias espaciais, temporais e geográficas. São meios que mantêm os indivíduos conectados capazes de se informar e ser informados instantaneamente. O poder da tecnologia fascina, inova e mantém o desejo dos indivíduos de estar sempre on-line, sem o mínimo de perda de tempo para captar informações e manter-se conectado.

Soares (2002), apoiada em Bolter (1991), afirma que a leitura e a escrita sejam em qual meio ou canal midiático, traz não apenas novas formas de acesso à informação, mas novas maneiras de estimular a cognição, novos conhecimentos, novas formas de ler e escrever e conseqüentemente novos letramentos.

Braga (1988, p. 80) assim descreve a tecnologia

[...] a tecnologia, como qualquer produto social não é neutra: sua criação ou adoção por comunidades específicas é guiada por interpretações sobre o potencial que elas têm para satisfazer necessidades sociais específicas. Em outras palavras, a direção do desenvolvimento tecnológico e das mudanças sociais dele advindas está sempre ligada a valores e ideologias culturais pré-existentes que podem também mudar em novas direções quando a adoção dessa tecnologia transforma a própria natureza das práticas sociais pré-existentes.

A tecnologia é um artefato que se materializa na sociedade a partir das necessidades de seus indivíduos para realizar tarefas sociais. Ela subsidia as relações que se estabelecem no contexto social, construindo ou modificando as práticas sociais letradas. As práticas de letramento que os indivíduos realizam com fins específicos ancoradas nas tecnologias estão sempre associadas a modelos culturais que apenas se modificam em virtude das necessidades que devem ser também, específicas.

As tecnologias do mundo atual, geram diferentes letramentos para os indivíduos que usam no espaço da cibercultura, como forma de construir ou intensificar suas relações. Os letramentos existentes nesse contexto podem trazer a seus usuários novas formas de interação e aprendizagem de novas práticas sociais. Falar em interação e tecnologia é falar em atividades diversas que os indivíduos realizam nessa nova era quando a comunicação e as interações requerem novos canais multiletrados. Assim, na seção a seguir discutiremos de forma breve como esses multiletramentos surgiram e vem se constituindo na modernidade como novas habilidades de leitura e escrita para a constituição de novos letramentos.

3.2 A constituição dos estudos dos multiletramentos

As novas abordagens sobre o letramento, no que confere a aquisição da linguagem advindas da leitura e da escrita, têm como suporte os mais diversos meios subjacentes das novas tecnologias. Essas novas abordagens conhecidas como multiletradas, ainda pouco divulgadas por autores que versam sobre o letramento, encontram seu lugar nas novas tecnologias que os indivíduos utilizam para seus atos comunicativos diários. Os multiletramentos ainda procuram, com muita resistência, seu lugar nas atividades de leitura e escrita realizadas na escola.

Carregadas de um prefixo *multi*, essas atividades multiletradas, necessitam de um lugar na escola e que tome a seu cargo os novos letramentos emergentes e urgentes na sociedade contemporânea. Isso se deve ao fato de que atualmente, as novas tecnologias têm permitido a comunicação efetivamente imediata entre indivíduos tão necessária ao mundo moderno.

No cenário das escolas de ensino médio, essas novas práticas de letramento exigem que professores e alunos desprezem as práticas canônicas e tragam para o contexto escolar formas eficientes de inovação na comunicação.

Segundo Rojo (2012, p. 16) é dever da escola “levar em conta e incluir em seus currículos a grande variedade de culturas já presentes na sala de aula de um mundo globalizado”. Esclarecemos aqui, na visão de Rojo (2012), que o conceito para multiletramentos, para o qual aponta, engloba características como a multiplicidade cultural das populações e a multiplicidade semiótica de constituição dos textos por meio dos quais a sociedade se informa e se comunica.

Em qualquer sentido que se empregue a palavra multiletramentos, seja em sua diversidade cultural de produção e circulação de textos ou nas diversidades de linguagens que se apresentam, seus estudos tomam sempre por base aspectos característicos de um mundo globalizado. Apoiada nos resultados dos estudos do Grupo de Nova Londres (1996), doravante GNL, Rojo (2012, p. 23) nomeia os resultados dos estudos, no sentido que o GNL definiu como características para os multiletramentos.

- (a) eles são interativos; mais que isso, colaborativos;
- (b) eles fraturam e transgridem as relações de poder estabelecidas, em especial as relações de propriedade (das máquinas, das ferramentas, das ideias, dos textos [verbal e não verbal]);

(c) eles são híbridos, fronteirços, mestiços (de linguagens, modos, mídias e culturas).

Essas são as características dos multiletramentos que por sua vez, tendem a se configurar em textos multimodais e nas suas ferramentas de usos presentes nas novas tecnologias da mídia digital, que por sua própria constituição e funcionamento, são interativas e dependem de nossas ações enquanto usuários.

O mundo globalizado espera hoje, que os cidadãos saibam guiar sua própria aprendizagem para aquilo que de fato seja essencial para suas experiências, para sua autonomia, que sejam eficientes, flexíveis e consigam colaborar com urbanidade. Para isso, são requeridos aspectos fundamentais como: a ética e a estética. São nesses dois aspectos que a escola deve ancorar-se para construir seu trabalho ao discutir a construção de uma ética plural e democrática, sobretudo discutindo as diferentes estéticas acerca dos valores e atitudes que se referem à língua e as linguagens.

Segundo Rojo (2012), outro aspecto de atuação escolar deve ser os letramentos críticos que tem poder para transformar o indivíduo crítico em analista crítico. Para isso, o GNL (1996), mostra como foram propostos alguns princípios sobre como conduzir uma “pedagogia” dos multiletramentos em sala de aula.

Quadro 1 - Mapa dos multiletramentos

<p>Usuário funcional</p> <ul style="list-style-type: none"> • Competência técnica • Conhecimento prático 	<p>Criador de sentidos</p> <ul style="list-style-type: none"> • Entende como diferentes tipos de textos e de tecnologias operam
<p>Analista crítico</p> <ul style="list-style-type: none"> • Entende que tudo o que é dito e estudado é fruto de seleção prévia 	<p>Transformador</p> <ul style="list-style-type: none"> • Usa o que foi aprendido de novos modos

Fonte: Adaptado de DECS & UniSA (ROJO, 2012).

O quadro acima traz a perspectiva dos multiletramentos para a formação de usuários da língua, de modo a torná-los tecnicamente competentes para agir a partir das práticas de multiletramentos. Assim, um usuário funcional, torna-se um indivíduo transformador e ao analisar criticamente, cria sentidos a partir dos textos e de suas tecnologias. Porém, esse

patamar não é suficiente para o que propõem os multiletramentos. Rojo (2012, p. 29) afirma que “o trabalho da escola sobre esses alfabetismos estaria voltado para as possibilidades práticas de que os alunos se transformem em criadores de sentido”. O essencial é que os alunos sejam capazes de analisar criticamente, transformando as experiências adquiridas dos discursos no momento da recepção ou da produção.

Para a efetivação dos princípios propostos na ocasião, o GNL apresentava alguns movimentos de caráter pedagógico correspondentes para a efetivação do ensino-aprendizagem: prática situada, instrução aberta, enquadramento crítico, prática transformada. Uma proposta didática elencada nesses princípios tanto é desejável como condiz plenamente com os princípios de pluralidade cultural e diversidades de linguagens englobadas no conceito de multiletramentos.

Muitos são os desafios de professores e alunos ao trabalharem a leitura e a escrita na escola contemporânea. Na perspectiva da escola tradicional, as “práticas de letramento” na escola eram apenas vistas como tecnologias de linguagem escrita. Porém elas têm sofrido modificações, graças às novas tecnologias de informação e comunicação, quando da preocupação de professores em aprimorar as práticas escolares em benefício de um ensino compatível com o mundo letrado. Para Rojo (2012, p. 76), modificar o ensino ao social, à pluralidade cultural, às articulações da língua tanto de uso, quanto de reflexões ancorados nos Parâmetros Curriculares Nacionais, “requerem dos alunos o refinamento de habilidades de leitura e escrita, de fala e de escuta de gêneros variados presentes nas diversas práticas sociais letradas”.

O surgimento das novas tecnologias tem implicado mudanças significativas ao tempo em que subjazem reflexões sobre os letramentos. Rojo (2009, p. 106) expõe seu parecer quando argumenta que:

Essas mudanças fazem ver a escola de hoje como um universo onde convivem letramentos múltiplos e muito diferenciados, cotidianos e institucionalizados, valorizados e não valorizados, locais, globais e universais, vernaculares e autônomos, sempre em contato e em conflito, sendo alguns rejeitados ou ignorados e apagados e outros constantemente enfatizados.

A noção que perpassa os letramentos múltiplos é a noção de multiletramentos, que por sua natureza múltipla, confronta a pedagogia do modelo autônomo de letramento. Esse novo enfoque para o letramento, em visão mais expandida, mostra as necessidades da escola de

trabalhar em prol de uma metodologia que contemple não só os multiletramentos que envolve as tecnologias digitais, mas, de aplicar em seu currículo novas formas de cultura de valores da vida e suas diferenças em relação ao mundo globalizado.

Nessa perspectiva, os multiletramentos se caracterizam por focarem na multiplicidade das linguagens e das imagens que constituem os textos que a cultura busca para sua comunicação e funcionam no sentido da diversidade cultural de produção e circulação dos textos ou no sentido de novas linguagens que os constituem, pois, segundo os estudiosos do Grupo da Nova Londres, eles trazem em sua constituição a interação, a colaboração, o faturamento e transgressão de regras, por serem híbridos, fronteiriços e mestiços.

Para Rojo (2012, p. 99), “a presença das tecnologias digitais em nossa cultura contemporânea cria novas possibilidades de expressão e comunicação”. Os indivíduos começam por partilhar suas experiências e contrair outras através dessas tecnologias que vem ao seu encontro em casa, na escola, na comunidade ou em qualquer ambiente em que elas alcancem. Ainda segundo Rojo (2012, p. 99) “as tecnologias digitais introduzem novos modos de comunicação, como a criação e o uso de imagens, de som, de animação e a combinação dessas modalidades”. Com a chegada das tecnologias digitais é inevitável a integração das semioses que cada vez mais oferecem espaço para que os indivíduos estabeleçam sua autoria e possam interagir com os diversos tipos de discursos.

Mortatti (2004, p. 99) faz a seguinte observação:

O desenvolvimento cultural e tecnológico, industrial e econômico das sociedades contemporâneas vem determinando diferentes modos de produção e distribuição dos bens materiais e culturais, estabelecendo formas cada vez mais sofisticadas de valores e padrões de comportamentos de indivíduos e grupos sociais com o material e o espaço escrito. É esse o caso da cibercultura, que determina um outro espaço, a tela do computador, para a leitura e a escrita, e que não mais exige tecnologia tipográfica, mais digital.

Com o avanço das tecnologias, as novas formas de linguagens para compreensão do mundo têm mudado enormemente. Não se espera mais, somente, o uso da tinta e do papel, exige-se que os indivíduos se apoderem dos meios tecnológicos para estabelecer, com a velocidade de informações do mundo moderno, sua comunicação. O homem necessita do espaço escrito que é ofertado pela tecnologia, que dá condições sofisticadas de novas aberturas para o conhecimento humano.

Com vistas a essa necessidade, Rojo (2013, p. 7) atribui a seguinte responsabilidade ao espaço da escola: “é preciso que a instituição escolar prepare a população para um funcionamento da sociedade cada vez mais digital e também para buscar no ciberespaço um lugar para se encontrar, de maneira crítica, com diferenças e identidades múltiplas”.

O espaço da escola deve ser caracterizado por múltiplas linguagens, com abordagens em diversos tipos de textos, sejam eles orais ou escritos. Segundo Rojo (2015), esses textos permeiam nossa vida diária e organizam nossa comunicação em diversas modalidades de uso das linguagens advindas das novas tecnologias de informação e comunicação. Devemos dar vazão ao potencial do aluno como criador de sua própria aprendizagem, capaz de construir a sua própria linguagem em diferentes contextos e ambientes sociais. Ver o aluno como um construtor, um colaborador das criações conjugadas na era das linguagens líquidas, capaz de interagir com os textos híbridos da cultura da internet.

Mortatti (2004) corrobora com Rojo (2015) quando destaca o papel da cibercultura, capaz de determinar o espaço para novas aprendizagens e para um novo enfoque da leitura e da escrita. É a era das leituras visuais e da escrita do toque, que capacita os indivíduos a novas formas de comunicação e interação com o mundo globalizado.

Como uma das mais importantes agências para o letramento, a escola deve ter como eixo de suas práticas letradas, a aquisição da linguagem, via ensino e aprendizagem, que deve se dar a partir da leitura de textos que se voltem exclusivamente para a formação de leitores e não para alfabetizados. Para as Organizações Curriculares para Ensino Médio (OCEM) (BRASIL, 2006, p. 34), “as práticas sociais de uso da língua escrita devem receber destaque na orientação do trabalho escolar, em razão do valor social e histórico que têm em nossa sociedade”. Rojo (2012, p. 82) afirma que as práticas de letramento, tais como conhecemos na escola, não são mais suficientes para possibilitar aos alunos a participação nas várias práticas sociais em que a leitura e a escrita são demandadas hoje. Souza (2012, p. 107) argumenta que:

Os professores que atuam com jovens no ensino médio deparam-se cada vez mais, com o desafio de apoiá-los para que melhorem suas capacidades de leitura e de escrita, ampliem suas possibilidades de usar a linguagem, seja ela verbal ou não verbal, em especial dentro da escola, mas também fora dela.

Esses desafios tendem a ser superados à medida que as novas tecnologias encontram espaço na sala de aula. O surgimento e a contribuição desses recursos tecnológicos têm implicado mudanças significativas ao tempo em que subjazem reflexões sobre os novos

letramentos e multiletramentos. São eles que preparam os alunos no ambiente escolar, para as situações de interação em que sejam necessárias posturas mais contemporâneas de leitura e escrita. Os multiletramentos devem trazer a compreensão de língua a partir do contato com diversos gêneros textuais que circulam nas mídias e em seu ambiente social.

Porém, a escola deve ter o cuidado para direcionar a perspectiva dos multiletramentos em suas atividades com os alunos, pois deve ser visto enquanto atividades para o desenvolvimento e/ou aquisição da linguagem intimamente ligada à leitura e a escrita. É com bastante cautela que Street (*In: MAGALHÃES, 2012, p. 72*) atenta para essas novas abordagens do letramento, em que não se “escorregue no erro de uma reificação das culturas”. Os multiletramentos devem ser vistos como canais e modos de comunicação e não como pensam alguns, como metáfora para competências.

Segundo Street (2014), multiletramentos não está para as multimídias, mas para os canais ou modos de comunicação. São habilidades que as pessoas devem construir para se tornarem letradas. Essas novas práticas desenvolvem-se em um contexto de textos visuais multifacetados e modais. É uma nova perspectiva que vai além da leitura e da escrita, subsidiada pelos canais e modos de se comunicar não na mídia pura e simplesmente. É o que as pessoas fazem na mídia saindo da página para a tela do computador. É preciso desconstruir a visão de multiletramentos como vários tipos de letramento. Como por exemplo, letramento político, letramento emocional, letramento cinematográfico. Neste aspecto, letramento é confundido como extensão de competência, e que de forma alguma se constituem como multiletramentos por se distanciarem de leitura e de escrita.

Street (2014, p. 73) argumenta que “é esse um dos grandes perigos dessa abordagem”, compreender multiletramentos como área cuja competência humana pode atuar. Portanto, devemos adotar a posição de relação com sistemas semióticos que de certa forma ultrapassam os limites da leitura, da escrita e da fala, implicando em formas semióticas de comunicação, o que diferencia compreensivamente multiletramentos de múltiplos letramentos.

Pensar o papel da escola em tempos de tecnologias globalizadas tornou-se imprescindível. Diante dos avanços do novo mundo e da cultura dos *multi*, pautar seu trabalho educativo nos elementos culturais é o mínimo que a escola deve buscar para não incorrer no fracasso escolar de seus alunos. Assim, procuramos pautar nosso trabalho na observação do letramento como uma variedade de práticas de leitura e escrita ocorridas na cultura escolar, atentando para o auxílio das múltiplas linguagens tecnológicas ao propormos um estudo no ambiente da sala de aula a partir da ocorrência de atividades multiletradas.

Na seção seguinte, trataremos sobre os multiletramentos mediados pelas TDICs e as novas abordagens para a leitura e a escrita.

3.3 Multiletramentos, letramentos e a mediação pelas TDICs

Trataremos nesta seção a respeito do letramento que envolve leitura e escrita mediado pelo novo campo das tecnologias digitais, hoje tão presentes no cotidiano social dos indivíduos. Essas novas tecnologias são canais que têm facilitado e tornado ágil a comunicação e a realização das práticas sociais que embora não habilitados ao uso de todos os indivíduos, ainda assim, eles estão constantemente envolvidos. Vivemos em um mundo conectado pelas tecnologias de informação e comunicação e para atender as demandas sociais, essas tecnologias buscam reconfigurar os eventos realizados socialmente, representados em práticas de letramentos durante o ato comunicativo. Saito e Souza (2011, p. 117) afirmam que “as TDICs, ao trazer novas possibilidades de interação intersubjetivas e ao ressignificar os gêneros discursivos circulantes em sociedade, propiciam novas práticas de leitura e escrita: emergem novas formas de letramento”.

A partir das tecnologias, novas formas de compreensão emergem da leitura e da escrita. Pelo viés da tecnologia muitas práticas comunicativas se firmam como válidas e transmissoras da cultura que os indivíduos estão vivendo no mundo atual. O que faz valer um ato comunicativo são as interfaces que ele estabelece intersubjetivamente, a partir de uma tecnologia que, segundo Rojo (2015), deve ser definido com respeito aos sistemas sógnicos empregados às tecnologias materiais usados e aos contextos sociais de produção, circulação e uso de um gênero particular. Isso significa dizer que nossos atos comunicativos sempre estarão enquadrados em uma tecnologia que os faça valer e ser reconhecido exigindo habilidades específicas de letramento que serão relativamente muito diferenciadas.

Ao fazer uma contraposição entre o letramento do papel e o letramento digital Soares (2002, p. 151) define este último como:

Um certo estado ou condição que adquirem os que se apropriam da nova tecnologia digital e exercem práticas de leitura e de escrita na tela, diferente do estado ou condição - do letramento - dos que exercem práticas de leitura e escrita no papel.

Para Soares (2002), o letramento digital é um novo tipo de letramento que se difere do letramento do papel. É um novo espaço de atuação no qual a leitura e a escrita acontecem com novos objetivos e novas demandas. É um estado diferente para aqueles que se apropriam da “tela” para estabelecer comunicação. Letramento do papel e letramento digital chega a ser para autora duas situações diferentes de letramento. Entendemos, portanto, que as interações sociais não dependem tão somente do uso da língua. Hoje é necessário moldar nossa comunicação através dos gêneros pertencentes na mídia atual. São requeridos novos espaços para fazer circular as novas formas de letramentos além do sistema linguístico que nos é inerente para a materialização de nossas ações sociais.

As novas abordagens do letramento têm apontado para a heterogeneidade de práticas sociais de uso da linguagem em sociedades letradas, observando seu aspecto sociocultural e situado nessas práticas, incluindo-se nesse campo, as práticas que são realizadas pela escola e pela comunidade que, Segundo Kleiman (2005, p. 47), são “transformações decorrentes das novas tecnologias, de usos da escrita e seus reflexos no homem comum”. Com base no posicionamento deste autor, a tecnologia tem exercido um papel bastante significativo na comunicação entre as pessoas. Os novos modos de se comunicar pelas TDIC’s tem trazido uma dinâmica ágil para a realização de práticas que atendem as demandas sociais no aspecto informação e comunicação. São os canais e os modos que direcionam os indivíduos para o gênero que deve se comunicar. Tais gêneros envolvem a multimodalidade de formas comunicativas integrantes das práticas sociais, sejam elas realizadas no contexto social ou escolar.

Não há como falar em letramento em um mundo tecnologizado sem que se remeta à noção de canal, meio ou modo como a comunicação se apresenta. Faz um bom tempo que as tecnologias do letramento não estão mais associadas à simples tecnologia da caneta e do papel. À medida que as tecnologias se tornam complexas, elas se tornam objetos específicos das redes sociais com abrangência ilimitada a outras tecnologias e práticas culturais, como as práticas escolares, por exemplo.

Segundo Stampa (2009), a revolução digital tem trazido um senso de urgência ao mundo, no sentido de que a sociedade precisa acompanhar o desenvolvimento tecnológico. Esse pensamento é corroborado por Rojo (2015, p. 116), quando afirma sobre a mudança do mundo nas últimas décadas, acrescentando que esse fato se deu não somente pelo surgimento das novas tecnologias digitais de informação e comunicação - TDICs, mas também, “pelo

surgimento de novas formas de ser, de se comportar, de discursar, de se relacionar, de se informar e de aprender”.

Para Kleiman (2005), o estudo do letramento tem contribuído para a reflexão sobre o ensino de língua escrita na escola e a ampliação do universo textual, com a inclusão de novos gêneros advindos de novas práticas sociais ligadas às tecnologias digitais que chegam como nova modalidade de escrita aos bancos escolares. Ainda segundo Kleiman (2005, p. 48), o texto escrito da era tecnológica apresenta-se de forma completamente diferente, ao se observar que:

O texto comum na mídia hoje é um texto multissemiótico ou multimodal; são usados linguagens verbais, imagens, fotos e recursos gráficos em geral não apenas a linguagem verbal a que contribui para o sentido; a imagem se tornou uma forma de comunicação muito poderosa.

Ainda que a escola trabalhe com o letramento como ferramenta de aquisição da linguagem verbal, o ensino de hoje requer muito mais que isso como metodologia para a leitura e a escrita. Rojo (2015, p. 135) faz observações ao fato de que:

Não é difícil reconhecer o quanto a escola ainda privilegia a acultura dita “cultura”, sem levar em conta os multi e novos letramentos, as práticas, procedimentos e gêneros em circulação nos ambientes da cultura de massa e digital e no mundo hipermoderno atual.

É impossível não atentar para as leituras a partir de textos multimodais que já fazem parte do universo dos alunos, devendo buscar outras formas de leitura e interpretação de imagens. Para Gomes (2015, p. 143), “ensinar comunicativamente implica na negociação entre professor e aluno no processo de aprendizagem, não só em relação à transmissão de significado, mas também na seleção dos conteúdos e temas trazidos às aulas”. Rojo (2013, p. 19) argumenta que “o texto contemporâneo, multissemióticos ou multimodal, envolvendo diversas linguagens, mídias e tecnologias, coloca, pois, alguns desafios para a teoria dos gêneros de discurso”.

Há, no entanto, a necessidade de se refletir criticamente sobre os currículos escolares para abrir espaços ao multiculturalismo e as multissemioses presentes nas mídias a fim de que a escola possa ser ambiente de qualificação e participação dos alunos em experiências significativas com produções de diferentes culturas e com práticas, procedimentos e gêneros que circulam em ambientes digitais.

Rojo (2015, p. 141) apoiando-se em Santaella (2010), argumenta que “a possibilidade de contemplar os novos gêneros hipermodernos e digitais na escola é organizar suas esferas de discursos”. Embora essas mudem seu funcionamento na hipermodernidade, elas continuam muito atuantes no meio social. Para Santaella (2010), uma das atividades de interesse da escola seria a busca do contraste histórico entre as esferas sociais dos discursos fazendo uma comparação entre gêneros impressos e gêneros digitais buscando por aquelas que estão mais presentes no meio social dos alunos e no contexto escolar. Dessa forma, poderíamos pensar nas modificações possíveis para um currículo escolar multiletrado, que levem em conta os novos letramentos digitais da hipermodernidade na escola.

Nessa perspectiva, algumas palavras como escola, habilidades de leitura e escrita, letramento e multiletramentos se fazem de suma importância para este trabalho no tocante ao entendimento de como a cultura escolar desenvolve suas práticas e habilidades de leitura e escrita e suas contribuições em um mundo rico de tecnologias para que os alunos desenvolvam múltiplas linguagens, observando como são incluídas ou descartadas no ambiente formal da leitura e da escrita na escola.

Portanto, é necessário entender o percurso histórico do conceito de letramento e suas novas abordagens. É importante compreender as perspectivas propostas pelos multiletramentos ao partimos da ideia de que os sujeitos da pesquisa vivem em constante contato com as tecnologias que favorecem aos multiletramentos que auxiliam no processo de novas formas de estabelecer a comunicação no ciberespaço.

Assim, buscamos encontrar respostas satisfatórias no tocante às contribuições para o desenvolvimento da leitura e escrita dos alunos no Ensino Médio, a partir do contexto das atividades multiletradas realizadas no ambiente escolar, mediadas pelas tecnologias digitais de informação e comunicação. No próximo capítulo, ressaltaremos a metodologia que deu suporte ao nosso trabalho, os sujeitos participantes, o local da pesquisa, os dados coletados e os procedimentos para as análises.